

**ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA:
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR
EDGARD SANTOS – CEPES (2014-2018)**

LUÍS CARLOS BORGES DA SILVA¹

RESUMO: O presente artigo, busca refletir acerca das atividades relacionadas ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, desenvolvidas entre os anos de 2014 a 2018 no Colégio Estadual Professor Edgard Santos (CEPES), localizado na cidade de Governador Mangabeira – Bahia, levando em consideração os efeitos da lei 10.639/2003 para impulsionar essas práticas pedagógicas. Para tanto, utilizou-se como instrumento metodológico à análise de vários documentos elaborados pelo corpo docente do CEPES, como o Projeto Político Pedagógico (PPP), Planejamentos por áreas do conhecimento e de componentes curriculares, Projetos de Pesquisas da Consciência Negra e outros, além das produções realizadas pelos estudantes. A análise desses documentos revelou que no período em destaque foram colocadas em práticas significativas atividades envolvendo as temáticas em foco, porém essas experiências aconteceram na maioria das vezes em novembro - mês da Consciência Negra, enquanto deveria ser executadas durante todo ano letivo. Ainda assim, verificou-se que essas atividades seguiram uma sistematização na sua elaboração e praticidade, bem como, buscou abordar temáticas relacionadas a História e Cultura Afro-brasileira em uma perspectiva local e regional e de envolvimento com as novas tecnologias educacionais.

Palavras Chave: Lei 10.639/2003. Atividades. Consciência Negra

¹. Licenciado em História pela UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), especialista em História Regional pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia), especialista em História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena pela FAMAM (Faculdade Maria Milza) e pela UFRB (Universidade do Recôncavo da Bahia), professor do Colégio Estadual Professor Edgard Santos – Governador Mangabeira – BA e da Escola São Luís – Muritiba- BA, e-mail: borgeslc@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Promulgada em 2003, a lei 10.639, configura-se como uma relevante conquista do movimento negro no tocante a inserção do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica do país, bem como, representa um significativo avanço em relação a implementação das políticas públicas de reparação racial no Brasil, possibilitando reflexões e ações nos espaços educacionais de enfrentamento ao racismo e a construção de estratégias pedagógicas que tornem visíveis a importância do povo negro na construção da sociedade brasileira.

Levando em consideração a importância educacional e social da lei 10.639/2003, o presente artigo, busca refletir acerca do desenvolvimento nos últimos quatro anos de atividades que contemplaram aspectos relacionados a História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Colégio Estadual Professor Edgard Santos (CEPES), localizado na cidade de Governador Mangabeira, região do Recôncavo baiano.

Nessa perspectiva, concebeu-se o seguinte objetivo geral: analisar as atividades desenvolvidas no CEPES relacionadas aos preceitos da lei 10.639/2003, derivando objetivos específicos como: compreender a elaboração e desenvolvimento dessas atividades; analisar o conteúdo das produções dos estudantes com relação as temáticas de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e analisar a importância da praticidade dessas atividades para a comunidade estudantil do CEPES.

A estruturação metodológica da pesquisa em tela, fundamentou-se na análise de fontes como: Projeto Político Pedagógico (PPP), Planos de Aulas por área e por componente curricular, os Projetos de Pesquisas das atividades durante o mês da Consciência Negra, as produções desenvolvidas pelos alunos, atividades aplicadas em algumas disciplinas da área de ciências humanas.

Além da análise das aludidas fontes, busquei aporte bibliográfico relacionado as temáticas História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em autores como: Kabengele Munanga, Matilde Ribeiro, Juvenal de Carvalho, Lélia Gonzáles, Nilma Lino Gomes, Mônica Lima, Walter Fraga Filho, Ana Célia da Silva e outros, além da noção de prática pedagógica inspirada em Paulo Freire.

Dessa forma, o artigo está organizado em três momentos que interagem entre si: No primeiro, existe uma análise acerca do processo histórico e das estratégias para a implementação do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica do país. Já o segundo momento, apresento um breve histórico acerca da trajetória do CEPES e o terceiro momento, discuto as atividades desenvolvidas no CEPES nos últimos cinco anos voltadas para a História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

HISTÓRICO E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO BRASIL

Do ponto de vista jurídico o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas da Educação Básica do Brasil, tornou-se obrigatório no ano de 2003, com a promulgação da lei 10.639, pelo então Presidente da República – Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2008 foi sancionada uma nova lei (11.645), a qual teve a função de complementar a lei anterior, através da inclusão do ensino de História e Cultura Indígena, porém devemos ressaltar que a criação dessas leis foram fruto das lutas dos movimentos sociais no país, especialmente o Movimento Negro, buscando de forma incessante o enfretamento ao racismo na sociedade brasileira.

Segundo Alves (2014), as pesquisas acadêmicas revelam que o racismo pode ser concebido como um pensamento, uma ideologia, que se justifica em função da organização desigual da sociedade ao compreender que grupos étnicos são inferiores ou superiores, ao invés de conceber e respeitar suas diferenças. Esses argumentos, também se aproximam do conceito de racismo exposto no livro: O Negro no Brasil de Hoje, escrito por Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes:

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele resultado da crença de que existem raças ou tipos humano superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. (KABENGELE E GOMES, 2016, p. 179).

Em se tratando do Brasil, o racismo surgiu durante o sistema colonial, quando o governo português legalizou o trabalho escravizado como mão de obra. Inicialmente foram escravizados os índios, porém a opção pelo africano tornou-se elementar em função do apoio da Igreja Católica e pelo lucrativo comércio propiciado pelo tráfico negreiro, uma vez que:

A preferência pelos africanos fez com que os portugueses se voltassem para o tráfico na África. Na segunda metade do século XVI, com o aumento da

procura por escravos no Brasil, o tráfico passou a condição de grande negócio e fonte de vultosos lucros nas duas margens do Atlântico. (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO 2006, p. 41).

Em oposição a essa condição de trabalho, os negros escravizados construíram inúmeras formas de resistência, sendo a primeira delas os Quilombos, posteriormente as revoltas, a capoeira, o candomblé, as irmandades e as associações, ambas foram essenciais para a abolição da escravidão no Brasil em 1888. Assim, “a movimentação dos escravos teve repercussão política e influenciou decisivamente o processo da abolição, inclusive a forma como os políticos encaminharam as discussões sobre as leis emancipacionistas” (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO 2006, p. 176).

Por outro lado, as atuais pesquisas revelam a ausência de ações governamentais que tivessem como objetivo oferecer uma melhor condição de vida para os negros recém libertos, sobretudo nas áreas da educação, moradia e emprego. Não bastasse essa condição, o governo ainda, criminalizou muitas práticas culturais dos negros, a exemplo da capoeira, os batuques, o samba e o candomblé. A esses aspectos, soma-se o desenvolvimento no Brasil das teorias racistas, com o governo e a elite incentivando o branqueamento da sociedade brasileira e subjugando a importância histórica e cultural dos negros. Dessa forma:

Para elite brasileira, o negro era um empecilho à formação de uma nação pretendida o mais próximo da civilização. Portanto, o negro deveria ser excluído da sociedade brasileira (...) O governo republicano, além de incentivar, destinou recursos próprios para a imigração europeia, proporcionando, em grande medida, a exclusão dos negros do mercado de trabalho. (MATTOS, 2011, p. 186)

A partir de 1930, ganhou força no meio acadêmico brasileiro a teoria da democracia racial, esboçada através das concepções do sociólogo Gilberto Freire, materializadas no seu livro Casa Grande e Senzala, demonstrando a não existência de desigualdade entre brancos e negros, bem como a ideia que ambos conviviam em condições iguais de oportunidades no contexto histórico brasileiro. Já em 1950, em oposição ao mito da democracia racial, aparecem os argumentos dos sociólogos Otávio Ianne e Florestan Fernandes, enfatizando como foi construída a condição de inferioridade do negro em relação ao branco ao longo da nossa história.

Vale destacar, que a contestação a discriminação racial ao negro no pós abolição, se configurou em diversas frentes. Segundo Mattos (2011), durante os anos de 1920 foram fundados os grupos teatrais negros e CIA. Negra Revista e CIA. Bataclã Preta, além do Centro Cívico Palmares. Em 1931 surgiu a Frente Negra Brasileira, com atuação nas áreas de educação e jurídica em vários Estados do Brasil, a exemplo de São Paulo e Bahia. Outro movimento importante nesse

contexto, foi o Teatro Experimental Negro (TEM), fundado em 1944 por iniciativa de Abdias Nascimento, acerca desse movimento a ativista negra, Lélia Gonzalez, destacou que:

O Teatro Experimental Negro (TEM) no Rio de Janeiro, foi a mais alta expressão desse tipo de entidade. Sua posição crítica em face do racismo e suas práticas, seu trabalho concreto de alfabetização, informação, formação de atores e criação de peças que apontam para a questão racial, significou uma grande avanço no processo de organização da comunidade (GONZALEZ, 1982, p. 24)

Com a implantação da ditadura militar em 1964, as lutas da população negra contra o racismo sofreram fortes perseguições, muitos dos seus líderes foram presos e até exilados, porém, no final da década de 70, “os movimentos sociais que a ditadura tentou calar, ergueram novamente as vozes. Os negros começaram a denunciar que a exploração socioeconômica atinge de maneira diferente negros e brancos” (MUNANGA e GOMES, 2016, p. 128). Foi nesse contexto que surgiu em 1978 o Movimento Negro Unificado, “objetivando contestar a ordem social vigente, simultaneamente denunciar o racismo (...) Visando incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU fortaleceu a visão positiva em relação ao povo negro” (RIBEIRO, 2014, p. 126).

A partir de 1985, com fim do Regime Militar e a consequente democratização do país, o movimento negro ampliou suas ações, alcançando significativas conquistas, com destaque para a consolidação na Constituição de 1988 do racismo como crime inafiançável, posteriormente regulamentada através da Lei CAÓ (7.716/1989), nome esse em homenagem ao Deputado Federal Carlos Alberto Oliveira, autor da mencionada lei.

Como fruto dessas lutas explicitadas anteriormente, em 2003 foi sancionada a lei 10.639/2003, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira na Educação Básica de todo país. A lei, também instituiu no calendário escolar o dia de 20 de novembro como Dia da Consciência Negra em alusão a luta de Zumbi dos Palmares pelo fim da opressão ao povo negro. Sem dúvidas essa lei consiste em um relevante passo para as políticas afirmativas no Brasil, principalmente no ambiente escolar, que ainda apresenta preconceitos e estereótipos acerca da história do povo negro brasileiro.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm).

Visando a implementação da lei em foco, foram elaboradas diversas estratégias na conjuntura educacional brasileira. Uma das primeiras iniciativas foi relacionada a educação da população de comunidades remanescentes de quilombos, com elementos pedagógicos e metodológicos próprios para atender os estudantes dessas áreas. Já em 2005, a prefeitura da cidade de Salvador, lançou as Diretrizes Curriculares para a Inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no seu sistema educacional. Cinco anos depois o MEC publicou as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica de todo país, bem como, a UNESCO publica a coleção de História Geral da África, composta por 8 volumes.

No universo acadêmico, aconteceu um proliferação de cursos de especialização e de mestrado relacionados a temática em foco, visando a formação dos professores, bem como publicações de livros que contemplavam a perspectiva da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. No que se refere ao Estado da Bahia, destacaram-se as ações da UNEB, UFBA e UFRB, ambas com adoção do sistema de cotas raciais para o ingresso dos alunos em seus cursos de graduação e pós-graduação.

Ainda, nessa perspectiva das estratégias de implementação da lei 10.639/2003, segundo Silva (2014), foram criados organismos governamentais com o intuito de promover as políticas públicas de Promoção da Igualdade Racial, com destaque para SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (a nível federal - 2003), a SEPRMI - Secretaria Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia em 2006, posteriormente, algumas cidades, também criaram organismo de Promoção Racial, a exemplo de Salvador, Cruz das Almas, Maragogipe e Governador Mangabeira, nessas duas últimas esse órgão foi extinto.

CEPES: BREVE HISTÓRICO

O Colégio Estadual Professor Edgard Santos (CEPES), foi fundado em 14 de março de 1978, recebeu esse nome em homenagem ao professor Edgard Santos, pai do governador da época Roberto Santos. Segundo Risério (2013), Edgard Rego Santos, nasceu em Salvador no dia 8 de janeiro 1894 e faleceu no Rio de Janeiro em 3 de junho

de 1962. Conclui seus estudos em medicina em 1917 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi um dos fundadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo o primeiro reitor em 1946, também exerceu a função de Ministro da Educação e Cultura do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

Santana (2015), salienta que a luta pela implementação do CEPES, contou com o apoio de políticos locais, destacando-se nomes como do prefeito da época Aduino João Mamona dos Santos e dos vereadores José Souza de Santana e Anatólis Ferreira de Almeida. Políticos esses, interessados em fazer frente a única escola secundarista do município, o Centro Educacional Cenecista Otávio Mangabeira (CECOM), instituição filantrópica mantida com as mensalidades dos estudantes ou bolsas da Prefeitura.

Conforme documentos existentes nos arquivos e nos relatos orais, o funcionamento CEPES foi legitimado pelo Ato Oficial de nº 2681 e a Portaria de nº 6987, publicados na edição do Diário Oficial do Estado, de 12/04/1978. Com 195 alunos matriculados na 5ª série e 61 na 6ª, a nova unidade de ensino funcionou provisoriamente nas escolas José Bonifácio e Helena Magalhaes, sendo o primeiro diretor o professor Geraldo Nobre, a primeira vice-diretora a professora Helita Dias Mascarenhas.

Segundo o depoimento do professor Geraldo Nobre (2018), no início dos anos 80 foram construídas as 4 primeiras salas de aulas do CEPES, posteriormente ampliadas para 8, já em 2002 foram erguidas mais 6 salas. Segundo Silva (2018), no ano de 2001 foi instalado o Ensino Médio, com algumas turmas funcionando no espaço do atual IF Baiano. Em 2009 foi criado o anexo na localidade de Quixabeira, onde funcionam turmas de Educação de Jovens Adultos (EJA) do Ensino Médio, utilizando-se das dependências do Centro Educacional Professor Agnaldo Viana Pereira – CEPAVP.

De acordo as informações existentes no livro de Ata de Posse, ao longo da existência do CEPES, exerceram a função de diretor(a) as seguintes pessoas: Geraldo Nobre (1978 a 1983 / 1987 a 1991), Mirian Fonseca (1983 a 1987), Noralice Rodrigues (1991 a 1992 / 1997 a 2002), Lúcia Motta (1992 a 1997) Elizabete Rodrigues (2002 a 2007) e Luiz Carlos Borges (2007 e 2008) e de 2008 aos dias atuais a professora Rita de Cássia Ferreira de Cerqueira de Santana.

Informações contidas no Projeto Político Pedagógico – PPP (2019), atestam que são ofertados no CEPES, o Ensino Médio Regular e a EJA – Educação de Jovens e Adultos (Tempo Formativo III), com 1.114 alunos matriculados. Desse contingente, 633 são do turno matutino, 211 no vespertino e 270 no noturno, sendo que mais de 70% residem na zona rural e aproximadamente 70 % se declaram pretos e pardos. Já seu quadro

funcional está estruturado da seguinte forma: 40 professores, 6 gestores, 3 articuladores de áreas e 17 funcionários.

Quanto a sua posição geográfica, o CEPES está localizado no município de Governador Mangabeira, região do Recôncavo baiano, com uma população estimada pelo IBGE (2018) em 20.679 habitantes, sendo que 90% são pretos e pardos e 60% residem na zona rural. Segundo Silva (2004), o município foi fundado em 14 de março de 1962, quando a então Vila de Cabeças, pertencente ao município de Muritiba, alcançou sua emancipação política, recebendo uma nova denominação de Governador Mangabeira, em homenagem ao ex-governador da Bahia Otávio Mangabeira (1886-1960).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CEPES DE 2014 A 2018, ACERCA DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Refletir acerca dessas atividades, pressupõe entendê-las na perspectiva de práticas pedagógicas, as quais, segundo Souza (2005) são as “atividades rotineiras que são desenvolvidas no cenário escolar. Podem ser atividades planejadas com o intuito de possibilitar a transformação ou podem ser atividades bancária tendo a dimensão do depósito de conteúdo, todavia, procuro conceber essas atividades a partir de uma visão pedagógica libertadora e dialógica, inspirada nas ideias de Paulo Freire, o qual menciona que o “educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (FREIRE, 1983, p. 78).

As primeiras atividades relacionadas ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana realizadas no CEPES, envolvendo a maioria das turmas e de forma interdisciplinar, iniciaram a partir do ano de 2014, evidente que anteriormente vários professores já abordavam em suas aulas conteúdos vinculados as temáticas em foco, mas algo específico a cada disciplina e turmas.

Em 2014, a primeira atividade desenvolvida foi a produção de um resumo crítico acerca do livro “Uma Conversa sobre as Áfricas” de autoria do professor do curso de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Juvenal de Carvalho. A atividade foi aplicada na disciplina de História das turmas do primeiro ano, a partir do conteúdo “África: berço da humanidade”, sendo que antes da entrega do resumo aconteceu uma palestra com o mencionado autor, reforçando a leitura do referido livro

O livro paradigmático - Uma conversa sobre as Áfricas foi publicado em 2012, nele o autor analisa aspectos da geografia, história, cultura, sociedade, economia e diversidade do continente africano, bem como, enfatiza preconceitos e estereótipos relacionados a

população negra no Brasil, muitas vezes sedimentados na sala de aula e divulgados pela mídia. Para explicar a ideia de “Áfricas” e não África, Carvalho se utiliza de um diálogo entre um jovem estudante (Nascimento) e o ancião (senhor Didi), dialogo esse provocado pela necessidade que o aluno possui para realizar uma pesquisa vinculada a um projeto interdisciplinar acerca da África desenvolvido na sua escola. Vejamos alguns trechos dessa narrativa:

Nascimento: - Imagem Negativa?

Seu Didi: - Eles dizem que África é um lugar de clima ruim, quente e sem vida. Lugar de morte, fome, miséria, violência, corrupção e massacre. No pensamento dos europeu, o africano é descrito como primitivo, selvagem, atrasado, irracional e exótico. Por tudo isso seria inferior.

Nascimento: - A gente também divulga os preconceitos?

Seu Didi: - Divulga sim. Pense no jeito que todo mundo fala. A palavra “negro” sempre é usada como sinônimo de coisa ruim. É a “coisa que tá preta”, é o “humor negro”, a “lista negra”, a “mala preta”, a “nuvem negra, a “ovelha negra”... (CARVALHO, 2012, pp. 23, 26, 30 e 31).

A prática pedagógica em tela foi repetida em 2015 e 2016, alicerçada no seguinte objetivo geral: “Compreender a importância histórica, cultural e geográfica do continente africano, a partir da leitura do livro “Uma Conversa sobre as Áfricas”, buscando a construção entre os estudantes de novos olhares e saberes acerca desse continente” (PROJETO DE PESQUISA, CEPES, 2014-2016). Em 2017 no Projeto de Leitura, a turma do 1º DM, coordenada pelo professor Luís Carlos Borges, transformou o conteúdo desse mesmo livro em um cordel. Seguem alguns versos:

Ideias erradas sobre a África
Na mídia ainda são faladas
A história desse continente
Na escola deve ser valorizada

De olho nas riqueza
Os europeus fizeram a invasão
Discriminando o povo africano
E introduzindo a exploração.

Nascimento ao questionar seu Didi
Conseguiu chegar a uma conclusão
Com essas mudanças na escola
Á África é estudada com outra visão.

(Cordel sobre o livro Uma Conversa sobre as Áfricas, CEPES, 2017)

Também, em 2014 iniciaram os projetos relacionados ao mês da Consciência Negra, sendo o primeiro tema abordado: Consciência Negra - amplie a sua, quando as turmas realizaram apresentações artísticas acerca da temática, objetivando um despertar entre os alunos em relação ao conceito e praticidade dessa temática, uma vez que, segundo Lopes (2006) a Consciência Negra é uma ideologia expressa na África e na Diáspora,

mediante a aquisição pelo indivíduo negro, de autoconhecimento e de autoestima em relação à sua originalidade étnica e cultural.

No ano seguinte, o Projeto da Consciência Negra tornou-se obrigatório no calendário do CEPES, ficando sua elaboração e coordenação a cargo da área de Ciências Humanas, sendo que sua metodologia nos três anos consecutivos esteve fundamentada em três etapas: primeira – pesquisa e apresentação dos conteúdos através de seminário em grupos de no máximo 10 alunos; segunda – criação de uma produção artística e terceira – a culminância, com apresentações artísticas e o desfile de um casal negro por turma. Em 2018 essas etapas sofreram algumas alterações, ou seja: primeira – os grupos produziram um resumo crítico acerca da temática de cada série; segunda – a partir desse resumo foi produzido um banner com introdução, objetivo, resultado da pesquisa, imagens, fontes e referências. A terceira etapa, seguiu o modelo dos anos anteriores.

No que se refere ao processo avaliativo, nos cinco anos de execução do projeto, o valor da nota variou entre 1,5 a 2,0 pontos para todas as disciplinas na última unidade, nota essa aplicada pelo professor coordenador de cada turma, levando em consideração as pesquisas, apresentações em sala de aula e produções artísticas executadas durante a culminância do projeto.

No ano de 2015 a temática escolhida foi África-Brasil: relações históricas e culturais, com a seguinte divisão de subtemas por série: primeiro ano - Reinos Africanos (Egito, Núbia, Gana, Mali e Congo); segundo ano e EJA (eixo VI) - Africanos no Brasil Colônia e Império; terceiro ano e EJA (eixo VII) – O negro no Brasil do pós-abolição. Evidente que abordagem desse tema e dos subtemas, deve estar presente no currículo de todo Ensino Médio, mas a sua inserção em um Projeto de Pesquisa, configura-se como uma significativa estratégia para sensibilizar os estudantes e professores em relação a um ensino e aprendizagem pautado nas concepções étnico-raciais, uma vez que:

No Plano econômico, os negros serviam como força de trabalho, fornecendo a mão de obra necessária às lavouras de cana-de-açúcar, algodão, café e mineração (...) No plano demográfico, os africanos ajudaram no povoamento do Brasil, tão grande era o tráfico negreiro (...) No plano cultural, destacam-se notáveis contribuições dos negros africanos na língua portuguesa do Brasil, no campo da religiosidade, na arte visual, na dança, na música, na arquitetura etc. (MUNANGA e GOMES, 2016, pp. 20-21).

Já em 2016, a temática discutida foi: “100 anos do Samba”, refletindo “acerca do samba como uma das mais importantes manifestações culturais Afro-brasileira e suas contribuições para a construção das identidades do povo brasileiro”. (PROJETO DE PESQUISA, CEPES, 2016), elucidando os seguintes subtemas: primeiro ano: A origem

do Samba; segundo ano – O Samba e suas ramificações (Chula, Lundu, Coco e Embolada); terceiro ano – O Samba no século XX (o samba-canção, carnavalesco, exaltação e pagode); EJA (eixo VI) - Grandes Nomes do Samba – primeira geração: Noel Rosa, Ary Barroso, Pixinguinha e outros; EJA (eixo VII) – Grandes Nomes do Samba – segunda geração: Martinho da Vila, Alcione, Clementina de Jesus, Clara Nunes e outros. Em consonância com a temática, também foi realizado um ensaio fotográfico para uma exposição de fotos explicitando a beleza afro dos estudantes do CEPES.

Vale ressaltar que a origem da palavra samba, “vem de semba, que na região de Angola denominava um círculo formado por músicos no qual os dançarinos se alternam executando passos cadenciados com braços, pernas e quadris” (FRAGA e ALBUQUERQUE, 2014, p. 98), sendo que as primeiras informações acerca desse ritmo musical são do século XVIII na Bahia, no entanto, segundo Mattos (2011), durante a segunda metade do século XIX o samba é levado para o Rio de Janeiro por pessoas negras que migraram para aquela cidade, com destaque para Tia Ciata, baiana que influenciou o autor (Donga) do primeiro samba registrado no Brasil (Pelo Telefone) em 1916.

Em 2017 foi a vez da temática: Os Negros e as Negras nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs): dos estereótipos à valorização, buscando entender, segundo a justificativa do Projeto de Pesquisa desse ano, a construção de preconceitos e discriminações construídos por diversos veículos de comunicação, bem como, o desenvolvimento de vertentes que potencializem a história e cultura afro-brasileira. Assim, os subtemas elencados foram: primeiro ano - Os Negros e Negras na Televisão; segundo ano - Os Negros e Negras no Cinema; terceiro ano - Os Negros e Negras na Internet e as turmas da EJA: Os Negros e Negras na Fotografia, salientando que as turmas do terceiro ano produziram vídeos com pessoas negras residentes na cidade e as turmas da EJA realizaram uma exposição de fotos, fruto de um ensaio fotográfico com os próprios alunos em uma condição estética de valorização e autoestima.

Acerca dessa temática, Moura (2015), enfatiza que historicamente a mídia brasileira retrata o negro a partir de uma perspectiva negativa, unilateral, a qual o mesmo é associado a figura de escravo, malandro, promiscuo, sempre na condição de subalterno. A veiculação desse arquétipo, favoreceu por assim dizer, um processo de invisibilidade do mesmo na mídia brasileira, porém nos últimos anos podemos perceber mudanças nessa condição, ainda que tímidas, os negros e negras têm despontado em algumas condições de destaque nos meios de comunicação, como construtores de sua própria história.

Com a comemoração dos 40 anos de fundação, em 2018 o Projeto da Consciência Negra buscou refletir acerca do seguinte tema: CEPES 40 anos - História e Cultura Afro-brasileira: um olhar local e regional. As turmas do primeiro ano ficaram com o subtema: História e Cultura Afro-brasileira em uma perspectiva local, realizando pesquisas acerca dos seguintes conteúdos: O Terreiro de Candomblé do Senhor Leopoldo (1963-2006), Estudiosos da História e Cultura Afro-brasileira em Governador Mangabeira, Experiências de Mulheres Negras em Governador Mangabeira, Esportistas Negros em Governador Mangabeira, As Práticas Orais das Rezadeiras das Comunidades de Quixabeira e Carro Quebrado, O Papel da Mulher nas Religiões de Matrizes Africanas, Diálogo com Representantes das Religiões de Matrizes Africanas.

Já as turmas do segundo ano realizaram pesquisas envolvendo o subtema: História e Cultura Afro-brasileira em uma perspectiva regional, elucidando as seguintes vertentes: Samba de Roda: Patrimônio Cultural do Recôncavo, Movimento Abolicionista no Recôncavo, Comunidades Quilombolas – Resistência Negra no Recôncavo Baiano, Irmandade da Boa Morte, Comunidade Quilombola de Baixa Grande em Muritiba-Ba, Caretas do Mingau de Saubara, Samba de Roda e Capoeira: Manifestações Artísticas Afro-brasileiras no Recôncavo.

A presença dos negros e das negras na história do CEPES, foi o subtema das turmas do terceiro ano. O 3º AM aplicou questionários com os alunos, professores e funcionário, buscando verificar as contribuições do Projeto da Consciência Negra no CEPES, sendo que dos 300 questionários respondidos pelos alunos, obteve-se os seguintes resultados acerca do questionamento: No que o Projeto da Consciência Negra te ajuda? 29,4% dos alunos responderam que reforça a aceitação de suas raízes; 27,4% afirmaram que aumenta a sua autoestima; 23,6% disseram que amplia a sua visão diante do conhecimento adquirido e 19,6% responderam que diminui seu preconceito. Já a turma do 3º BM, refletiu acerca dos Projetos da Consciência Negra realizados no CEPES de 2015 a 2017.

A turma do 3º DM, realizou um estudo de caso, traçando o perfil dos alunos egressos da turma do 3º AM - 2016, verificando que 80% ingressaram em um curso superior, dessa quantidade 75% frequentam cursos de licenciatura. Por outro lado, a turma do 3º AV, chamou atenção para ex-alunos do CEPES com carreira artística, destacando a figura de Cláudio Nyack, que atualmente exerce as funções de ator, escritor e diretor teatral, com participação em filmes como Quincas Berro D'água e Capitães de Areia.

Já os estudantes da EJA, realizaram entrevistas com pessoas de destaque em comunidades de Governador Mangabeira e produziram rápidas biografias dessas pessoas:

Noêmia Nascimento Da Silva (Ialorixá), Terezinha Conceição do Amor Divino (líder sindical), Domingos Fausto Aves da Silva (coordenador da Pastoral da Criança), Miriam da Paz (pedagoga), Gerônima do Espírito Santo (rezadeira), Idailson Vieira Santana (membro da Pastoral da Juventude) e Cleiton Conceição de Lima (eletricista).

Notadamente, refletir acerca de temáticas concernentes a História e Cultural Afro-brasileira nas esferas local e regional em um projeto de pesquisa, consiste em uma relevante escolha didática, uma vez que “não se percebe nos livros didáticos referência as diferentes manifestações culturais elaboradas pelos negros em espaços específicos como o Recôncavo baiano” (SILVA, 2013, p. 7). Além disso, contribui para tornar visíveis as ações desses sujeitos históricos, na maioria das vezes, “excluídos da história”.

Para além dos Projetos da Consciência Negra, os planos de aulas demonstram que outras atividades acerca da História e Cultura Afro-brasileira e Africana foram desenvolvidas em disciplinas do CEPES, como História, Sociologia e Filosofia: seminários sobre a escritora Carolina Maria de Jesus e o escritor Luiz Gama, estudos acerca do Quilombo dos Palmares, Revolta dos Búzios, Vida de Nelson Mandela e outros, além da exibição de filmes e documentários acerca das temáticas em tela.

REFLEXÕES FINAIS

Inegavelmente, a implementação da lei 10.639/2003, ainda se configura como um grande desafio para o sistema educacional brasileiro, visto as resistências de cunho ideológico, político e pedagógica, toda via, há de se comemorar os esforços de um bom número de professores no sentido de tornar uma prática constante o ensino de História e Cultura Afro-brasileira em suas escolas, fomentando assim, novas perspectivas acerca do processo de ensino aprendizagem nesse contexto, possibilitando a inserção de temas em sala de aula que demonstrem os negros como construtores de sua própria história.

A pesquisa em foco, revelou as relevantes experiências desenvolvidas pelo CEPES no que se refere aos ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, desde a leitura de livros, a realização de palestras e seminários, explicação de conteúdos, ao desenvolvimento do projeto da Consciência Negra, o qual configura-se como a principal iniciativa no que tange as pesquisas de temas significativos acerca da história do negro no Brasil. Além disso, sua execução segue uma sistematização através de um projeto de pesquisa, bem como, uma metodologia que varia da produção escrita as apresentações artistas e o envolvimento de alunos e professores.

Por outro lado, nota-se que essas práticas pedagógicas, têm se concentrado em sua maioria no mês da consciência negra, enquanto deveria ser algo praticado durante todo o ano letivo, também a execução das atividades e as temáticas abordadas, são vinculadas apenas a área de ciências humanas, visto que a legislação em vigor sugere a abordagem das aludidas temáticas em todas as áreas do conhecimento.

Sendo assim, acredito que essas atividades desenvolvidas no CEPES, demonstraram férteis possibilidades de pesquisas acadêmicas no que se referem aos estudos relacionados a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica do Brasil, em especial para a região do Recôncavo baiano, levando em consideração as suas especificidades e a busca por superar alguns gargalos e possíveis inconsistências na dinâmica de formatação e execução.

FONTES ESCRITAS

CEPES – Colégio Estadual Professor Edgard Santos. **Ata de Inauguração**. Livro 01, Governador Mangabeira, 1978.

_____. **Cordel** – Uma Conversa sobre as Áfricas. Governador Mangabeira, 2017.

_____. **Livro de posse**: diretores, vice-diretores, professores e funcionários. Governador Mangabeira, 1978 a 2008.

_____. **Planos de Aulas** - Área de Ciência Humanas e componentes curricular de História e Sociologia. Governador Mangabeira, 2015 a 2018.

_____. **Produções Escritas dos alunos (banners)** - Projeto da Consciência Negra. Governador Mangabeira, 2018.

_____. **Projeto Político Pedagógico** – PPP (2017 a 2020). Gov. Mangabeira, 2019.

_____. **Projeto de Pesquisa relacionado ao mês da Consciência Negra**. Governador Mangabeira, 2015 a 2018.

_____. **Projeto de Pesquisa Uma Conversa sobre as Áfricas**. Governador Mangabeira, 2014 a 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa da População**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/governador-mangabeira/panorama> 07/03/2019.

Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Casa Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 14/03/2019.

FONTE ORAL

NOBRE, Geraldo. **Primeiro Diretor e ex-professor do CEPES**. Entrevista em 07/11/2018.

REFERÊNCIAS

ALBUEQUERQUE, Wlamyra R. de. e FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do Negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES, Cássio Conceição. **A Implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nas Escolas CEAG e CEPAVP do Município de Governador Mangabeira – Ba**. TCC, Cachoeira: UFRB, 2014.

CARVALHO, Juvenal de. **Uma Conversa sobre as Áfricas**. Salvador: Martins e Martins, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRAGA, Walter e ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma História da Cultura Afro-brasileira**. São Paulo: Moderna, 2014.

GONZALES, Lélia e HASENBAIG. Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

LOPES, Nei. **Dicionário Escolar Afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro, 2006.

MATTOS, Regiane A. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOURA, Tatiana Maria. **Racismo nas redes sociais: perpetuação do imaginário social de interiorização do negro na sociedade brasileira**. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article>. Acesso: 14/03/2019.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2016

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986 – 2010)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

RISÉRIO, A. **Edgard Santos e a reinvenção da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

SANTANA, José Souza de. **Colégio Estadual Professor Edgard Santos - Histórico**. Governador Mangabeira, 2015.

SILVA, Cleuza Borges. **O Ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Governador Mangabeira – Bahia**. TCC, Cruz das Almas: UFRB, 2014.

SILVA, Luís Carlos Borges da. **A Vila e o Coronel - Poder Local na Vila de Cabeças (1930 a 1962)**. Monografia de especialização, Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2004.

_____. **A Importância do Estudo de História Regional e Local na Educação Básica**. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH: Natal, 2013.

_____. **40 anos de fundação do CEPES** – Texto em evento. Gov. Mangabeira, 2018

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. **Prática Pedagógica: Conceito, Características e Inquietações**. Disponível em: <http://files.metodologiaincientifica4.webnode.comArtigo-5-Pr%C3%A1ticaPedagCONCEITOS.pdf>. Acesso em: 16/03/2019.